



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PÂMELLA HOLANDA MARRA

**AS *BASILEIAI* DE GALA PLACÍDIA E ÉLIA PULQUÉRIA: PAPÉIS DE GÊNERO E
PROJETOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO ROMANO DO SÉCULO V D.C.**

Brasília

2022

PÂMELLA HOLANDA MARRA

**AS *BASILEIAI* DE GALA PLACÍDIA E ÉLIA PULQUÉRIA: PAPÉIS DE GÊNERO E
PROJETOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO ROMANO DO SÉCULO V D.C.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientadora: Profa Dra Camila da Silva Condilo

**Brasília
2022**

***As basileiai* de Gala Placídia e Élia Pulquéria: Papéis de gênero e projetos políticos no Império Romano do século V d.C.**

Pâmella Holanda Marra

Resumo

Este trabalho analisa as trajetórias e carreiras políticas de duas imperatrizes romanas do século V d.C.: Gala Placídia, da corte ocidental de Ravena, que esteve no centro dos conflitos entre o Império Romano e os godos, e Élia Pulquéria, principal força política da corte de Constantinopla, figura central das questões religiosas do Império do oriente. Seu objetivo principal é investigar se as imperatrizes tardo-antigas foram meras continuadoras da tradição política iniciada pelas figuras masculinas da Dinastia Teodosiana ou se elas se destacaram como suas co-criadoras, inovando-a. Para tanto, analisarei algumas das principais fontes do período, tentando identificar evidências dos projetos políticos dessas mulheres e verificar se elas corroboram ou rebatem a hipótese que proponho aqui, qual seja, a ideia de que elas promoveram uma renovação da ideologia imperial feminina.

Palavras-chave: Gala Placídia; Élia Pulquéria; imperatrizes da Antiguidade Tardia; política.

Abstract

This article discusses the trajectories and political careers of two Roman empresses of the 5th century A.D.: Gala Placidia, of the western court of Ravenna, who was at the center of the conflicts between the Roman Empire and the Goths, and Aelia Pulcheria, the main political force of the court of Constantinople, central figure of the religious affairs of the eastern Empire. The main objective is to investigate whether the late empresses simply continued the political tradition initiated by the male figures of the Theodosian Dynasty or also stood out as its co-creators, innovating it. For this, I analyze some of the main sources of the period in an attempt at both identifying evidence of these women's political projects and verifying whether they support or refute the hypothesis I advance here: the idea that they renovated the feminine imperial ideology.

Keywords: Gala Placidia; Aelia Pulcheria; Late Antiquity empresses; politics.

INTRODUÇÃO

A questão de gênero na Antiguidade é um tema complexo, relacionado principalmente ao desempenho de papéis sociais. Durante a maior parte da história romana, a lei determinava que as mulheres, consideradas intelectualmente incapazes, estivessem submetidas ao *pater potestas* através da *tutela mulierum*, princípio legislativo criado por volta do século V a.C. que classificava as mulheres como juridicamente incapazes e determinava que um tutor masculino devia gerir seus negócios e finanças. A mulher foi relegada ao isolamento da domesticidade onde podia desempenhar os papéis que sua capacidade dita limitada permitia: esposa e mãe. Em comparação aos homens, racionais por natureza, o *imbecillitas sexus* não tinha capacidade de ocupar os espaços públicos e nem de gerir os próprios negócios. Daí, segundo Flávia Biroli em *Feminismo e política: Uma introdução* (2014), ocorre a naturalização da dominação do masculino sobre o feminino.

Embora fosse negado às mulheres o acesso aos postos mais altos do poder, elas desfrutavam de outros capitais sociais. A tradição legal romana concedia algumas garantias, como a igualdade de direitos sucessórios entre filhos e filhas e o direito à propriedade nominal de bens e dinheiro. Apesar de poucos, haviam cargos femininos na religião de estado, além de leis sobre divórcio, maternidade e re-casamento. Ao fim da República as leis sobre tutela passaram a cair em desuso e a adoção do casamento *sine manus* beneficiou as mulheres romanas da elite através da conservação de suas heranças e propriedades, em resumo, de seu poder econômico. As matronas romanas contavam com grande prestígio por serem responsáveis pela educação intelectual e moral básica dos cidadãos. Titulares de imensas fortunas, elas também se destacavam como patronas políticas e filantropas.

Apesar disso, a ideia de que as mulheres antigas eram seres apolíticos persiste, como demonstrarei a seguir. Assim, este artigo visa reconhecer as mulheres imperiais como agentes políticos dotados de poder legítimo e não apenas de um poder simbólico. Nesse sentido, o trabalho propõe uma discussão sobre as imperatrizes Gala Placídia e Élia Pulquéria, tentando mostrar que elas tinham projetos políticos originais e que se destacaram com contribuições inovadoras para a Dinastia Teodosiana. Para tanto, no próximo tópico deste artigo, será feita uma discussão bibliográfica sobre imperatrizes, gênero e poder na Antiguidade. Em seguida, serão analisadas as fontes em busca de indícios das ações políticas dessas imperatrizes e, se possível, de suas inovações. Espera-se que o argumento apresentado possa contribuir para expandir o debate acerca do poder político das mulheres imperiais tardo-antigas.

GÊNERO E PODER NA ANTIGUIDADE: REVISANDO A LITERATURA

Antes de começar, é preciso observar que as fontes escritas da Antiguidade via de regra oferecem um ponto de vista masculino e reducionista que ora apaga as mulheres das narrativas históricas, relegando-as ao isolamento da domesticidade, ora vilipendia as reputações daquelas que ousavam ultrapassar os limites entre o público e o privado. Através do escrutínio de suas vidas sexuais, as fontes utilizam-se de fórmulas para classificá-las em “boas” ou “más”, dependendo da imagem pública que projetavam: modestas e obedientes ou ambiciosas e moralmente degeneradas.

Um exemplo desse tipo de representação é o tratamento recebido por três mulheres imperiais do século I d.C. no relato de Dião Cássio em *História de Roma*. Lívia, a primeira imperatriz, tem a reputação de uma mulher modesta, casta e leal ao imperador, além de ser sua mais próxima conselheira (Dio Cass. 55.22). Em compensação Júlia, a filha de Augusto, envergonhou o pai publicamente com sua bebedeira e comportamento lascivo, ao ponto de ter sido banida de Roma, morrendo em exílio (Dio Cass. 55.10). Nessa mesma fonte, Dião Cássio vilipendia a reputação de outra imperatriz júlio-claudiana: Messalina, cujo nome entraria para a história como sinônimo de infidelidade e perversão sexual, sendo acusada inclusive de conspirar para assassinar o imperador Cláudio. (Dio Cass. 61. 31)

Tais questões não passaram despercebidas pela historiografia. A “virada feminista” dos anos 1960 e 1970 inaugurou o campo da “história das mulheres”, vertente de pesquisa caracterizada pela crítica à visão de história como predominantemente masculina e que propôs estudar as mulheres como categoria à parte, criticando o apagamento e a difamação moral das mulheres politicamente relevantes. Ao longo dos anos 1980 uma segunda vertente surgiu quando a história das mulheres se aproximou dos estudos de gênero, que têm no trabalho de Joan Scott sua maior referência teórica. Os estudos de gênero são caracterizados pelo estudo dos papéis sociais masculino e feminino e nas relações de poder entre ambos, definidos enquanto fenômeno social e cultural e não fato biológico.

É característico dos estudos de gênero mais recentes a quebra de alguns princípios teóricos, sobretudo a dicotomia de gênero, definida em estruturas de dominação masculina e subordinação feminina. A desigualdade das relações de gênero é considerada, mas não como sua única expressão. Há também uma crítica desses novos trabalhos ao uso do termo gênero como sinônimo de mulher, ignorando-se a pluralidade de identidades de gênero que também podem ser objeto de análise histórica, como a “teoria *queer*”. Mas para fins deste artigo focarei apenas na representação da mulher e seus papéis sociais e políticos na Antiguidade.

Um dos trabalhos característicos da primeira vertente mencionada anteriormente nos estudos bizantinistas é o do autor Kenneth Holm em *Theodosian Empresses: Women and Imperial Power in Late Antiquity* (1982). Holm afirma que as mulheres imperiais dos séculos IV-V fizeram parte de uma nova tradição política na qual o papel feminino foi excepcional, pois Teodósio I, a exemplo de Augusto, implementou uma eficiente inovação ideológica, a nova “fé dinástica cristã”, a qual estabeleceu que a conduta do imperador e a de sua família deveria representar a própria organização imperial e garantir o favor divino. Assim como Augusto moldou sua família sob um conceito da religião tradicional, especialmente por meio da deusa Concórdia, Teodósio fez o mesmo sob os auspícios do favor divino, do governo sancionado por Deus. Nesse contexto, as mulheres da dinastia de Teodósio deveriam ser o perfeito exemplo de comportamento ascético e cristão, assim como Lúvia foi o arquétipo perfeito da imperatriz modesta da dinastia de Augusto. Portanto, para o autor, as carreiras de mulheres como Flávia, Eudóxia e Pulquéria, três gerações de mulheres Teodosianas, não foram meramente figurativas, mas de verdadeiro poder político, alicerçado sobretudo no uso político da fé. Esse poder foi a *basileia* (poder ou autoridade feminina), que teve sua expressão máxima em Constantinopla, onde a influência política e social feminina foi determinante para a construção da religiosidade popular, como o culto aos santos.

Os anos das décadas de 1990 e 2000, que correspondem em linhas gerais à segunda vertente de estudos de gênero, foram especialmente prolíficos em trabalhos de bizantinismo feminista. Podemos identificar uma linha interpretativa que considera o poder imperial como dual, composto por uma parte masculina e outra feminina, existindo papéis políticos eminentemente “generificados”. Liz James é uma autora importante nesse ciclo. No trabalho conjunto de James com Barbara Hill, *Women and Politics in the Byzantine Empire: Imperial Women. Women in Medieval Western European Culture* (1999), elas apontam que a viuvez e a regência são consideradas a maior oportunidade da mulher exercer um poder comparável ao do imperador. Para ambas, na condição de mãe ou viúva regente, a imperatriz agia como mantenedora de um poder anterior, o masculino, e não como uma ameaça ao que se entendia como os limites do poder feminino.

Em *Empresses and Power in Early Byzantium* (2001), James explora as possibilidades de uma mulher alcançar influência e poder político através não da negação de suas características femininas, mas explorando-as. A autora não se detém no lugar-comum do argumento da geração de herdeiros para a dinastia, sugerindo que a partir do século IV a maternidade passa a ser menos importante para as imperatrizes do que a representação pública de certas características “cristãs”, como a devoção, a caridade e a castidade. A

contraparte feminina do poder é interpretada por James como parte legítima do quadro institucional, de dinastias cujo caráter doméstico era cada vez mais acentuado. Nesse segundo trabalho a autora adota uma postura mais crítica da dicotomia feminino x masculino, com foco nas possibilidades de “transcendência” dos limites de gênero oferecidas pela religião.

Há uma tentativa maior de superar essa dicotomia de gênero no contexto das relações de poder nos trabalhos dos anos seguintes. Pode-se observar essa tendência em *Perspectives of Power: Byzantine Imperial Women* (2009) onde a autora Carina Marie Nilsson evidencia como conceitos limitados de poder e legitimidade reduzem o entendimento de qual era a verdadeira extensão do poder político feminino na Antiguidade, pois parte-se do princípio de que o poder em sua forma legítima era masculino, restando a poucas “mulheres excepcionais” o privilégio da influência. Nilsson também é autora de *The Empress in Late Antiquity and the Roman Origins of the Imperial Feminine* (2011), onde argumenta que a principal falha dos estudos predecessores é não conseguir superar uma análise ultrapassada sobre gênero. O binarismo masculino x feminino conserva estruturas pré-determinadas de dominância x subordinação, público x privado, legítimo x ilegítimo, reforçando a ideia do poder feminino como excepcional e advindo de “circunstâncias especiais”.

No trabalho de 2011, Nilsson analisa a construção do ideário do poder feminino em Roma começando com a dinastia dos júlio-claudianos, passando pela cristianização nos séculos IV-V e indo até a Conquista Otomana em 1453. A autora trabalha com base na tese de destaque e não rejeição da natureza feminina para o exercício do poder. Assim como James, Nilsson acredita que o desempenho de determinados papéis imperiais era orientado pela perspectiva do gênero, com algumas funções sendo intrinsecamente femininas. O ponto da autora é que para analisar a questão do gênero na Antiguidade é preciso entender que “gênero” compreende um conjunto variado de comportamentos e suas representações. A princípio, as mulheres desempenhavam papéis sexualmente definidos, mas também podiam superar barreiras de gênero, sobretudo em termos espirituais. Características como modéstia e piedade podiam redimir as deficiências morais femininas. Através da religião as mulheres alcançavam um status social e político mais elevado.

Seguindo com os trabalhos mais recentes, outro exemplo interessante desse princípio é o artigo *Gendered souls: Female religious and imperial power in Early Byzantium* (2014) de Jessica R. Lee. Lee foca na trajetória de Élia Pulquéria, um dos mais bem-sucedidos exemplos de imperatrizes que associaram sua imagem pública à fé cristã. Ao adotar o voto de castidade perpétua Pulquéria não apenas destacou sua fé cristã como assumiu com grande pompa suas atribuições imperiais femininas: a liderança espiritual, relacionada a seus deveres

como patrona e promotora do cristianismo, a imagem pública e comportamento sexual irreprocháveis, sempre exigidos das mulheres. Através da virgindade exemplar, conseguiu também livrar-se da sujeição e limitações do casamento. A reputação quase beatífica garantiu para Pulquéria uma posição privilegiada na corte do irmão Teodósio II, de quem era a regente e a guardiã no caminho da fé. Segundo Lee (2014), o poder feminino em uma sociedade patriarcal vinha mais da negociação de seu gênero do que de sua negação. De forma semelhante, Judith Herrin em *Unrivalled Influence: Women and Empire in Byzantium* (2013) considera que a maior ferramenta à disposição das mulheres para operarem essa negociação era a religião, ou seja, o uso da profissão de fé para redimir suas falhas morais e espirituais, alcançando assim uma condição mais respeitável. Operando nessa identidade ascética e piedosa, mulheres como Pulquéria eram espiritualmente elevadas a patamares masculinos, conseguindo mais influência e poder. Ambas autoras realizam uma pesquisa baseada no estudo de gênero, mas sem deixar de criticar o essencialismo contido na dicotomia masculino x feminino como sinônimo de dominação e submissão.

Entre os trabalhos de Judith Herrin também se destaca *Late Antique Origins of the 'Imperial Feminine': Western and Eastern Empresses Compared* (2016). Esse trabalho deve muito aos estudos de gênero, sem contudo deixar de questionar a binaridade e a interpretação limitada de poder. A autora faz um exercício comparativo entre duas imperatrizes, Élia Pulquéria e Gala Placídia, para os modelos ocidental e oriental do que ela chama de “autoridade uxória”, ou seja, a posição imperial feminina e suas competências, que, para a autora, floresceram durante um conturbado momento da Dinastia Teodosiana: a ascensão de imperadores infantes. Assim como James, Herrin considera que a maior manifestação do poder imperial feminino era a regência, quando a imperatriz se encontrava em posição privilegiada para educar o futuro imperador e influenciar a política da corte.

A análise da autora alia a interpretação mais antiga de que a regência é uma dessas “circunstâncias especiais”, onde o poder feminino pode ser estendido além de seus limites convencionais, ao mesmo tempo em que considera que o desempenho de funções eminentemente femininas, como a maternidade e a administração dos assuntos domésticos da corte, são uma parte legítima do poder imperial, papel aperfeiçoado pelas mulheres do século V. Em minha opinião, a autora faz um excelente trabalho em reconhecer a importância das duas imperatrizes para o desenvolvimento do “imperial feminino” tardo-antigo, mas ela não afirma que estas tinham projetos políticos próprios ao invés de apenas conservar as políticas de outros. É justamente esse aspecto que tento explorar em meu trabalho.

DINASTIA TEODOSIANA: TRANSFORMAÇÕES NO PODER IMPERIAL FEMININO

Até aqui o artigo buscou introduzir as particularidades da pesquisa sobre as mulheres na Antiguidade Tardia. Neste tópico será desenvolvida uma síntese das transformações políticas e religiosas pelas quais passou o Império Romano dos séculos IV e V, buscando mostrar, a partir de dois estudos de caso, como as mulheres da Dinastia Teodosiana foram fundamentais para algumas de suas mais importantes inovações.

Élia Pulquéria, a imperatriz virgem de Constantinopla e grande figura religiosa da cidade, e Gala Placídia, figura central nas relações entre romanos e godos no ocidente, são duas das mulheres imperiais de maior relevância da Dinastia Teodosiana, que governou de 379 até 457 através de alguns dos momentos mais complexos do Império Romano Tardio, como a divisão definitiva entre ocidente e oriente em 284 d.C., as migrações bárbaras e as querelas teológicas que se desenvolveram no seio da Igreja.

As principais fontes sobre essas imperatrizes são dos séculos V e VI: *História eclesiástica* de Sozomeno, *Nova história* de Zósimo, a *Crônica* do Bispo Idácio, *Contra os pagãos* de Orósio, as *Histórias* de Olimpíodoro de Tebas, *História eclesiástica* de Sócrates Escolástico, a *Getica* de Jordanes e *Chronographia* de João Malalas. *História eclesiástica* de Sozomeno, escrita entre 440-443, e *Nova história* de Zósimo, de 498-518, dão destaque a Pulquéria e seu envolvimento nas questões religiosas e políticas de Constantinopla. As com maior foco em Placídia são: Orósio *Contra os Pagãos*, escrita entre 410 e 418 e as *Histórias* de Olimpíodoro de Tebas, fonte do século V preservada na *Biblioteca* do Padre Fócio (século IX). Esses relatos também têm influência cristã, retratando a imperatriz como o “instrumento divino” que traria paz entre romanos e godos no ocidente.

Para começar a discussão, é importante salientar que a política teodosiana tinha duas características principais: a importância institucional cada vez maior do cristianismo e a crise causada pela ascensão dos reinos germânicos que ameaçavam suplantar o poder romano tradicional. Em 380, através do Édito de Tessalônica, Teodósio I tornou o cristianismo a única religião oficial do Império Romano, aprofundando os laços entre poder imperial e eclesiástico. A cristianização do Império nos séculos IV-V influenciou diretamente na remodelação dos papéis imperiais femininos, pois as Augustas Teodosianas estavam menos relacionadas às funções femininas tradicionais e mais com a construção da ideologia imperial cristã, baseada em conceitos como sacralidade do poder e governo sancionado por Deus.

Segundo a autora Diliانا Angelova em *The Ivories of Ariadne and Ideas about Female Imperial Authority in Rome and Early Byzantium* (2004), as linhagens nobres romanas sempre promoveram sua “ancestralidade divinizada”. Durante o Império esta divinização foi elevada ao culto cívico dos imperadores e sua família. Com a cristianização, o culto cívico passou por uma transformação. A associação das imperatrizes com as deusas, símbolos de atributos e virtudes femininas como maternidade e dedicação ao lar, foi substituída pela associação com Maria, pela fé e pela castidade exemplares. O modelo de imperatriz é caracterizado por virtudes como devoção e caridade, cujo maior exemplo é Helena, mãe de Constantino I. No século V, a imperatriz Élia Pulquéria foi muito importante para o aprofundamento da associação das imperatrizes bizantinas com conceitos de legitimidade sacra e santidade feminina, superando, inclusive, obrigações matrimoniais e maternas. Ela foi ativa nas questões eclesiásticas do Império, transgredindo os limites da atuação feminina na política e na religião.

A política imperial de Teodósio I também foi marcada pela “crise gótica”. As migrações germânicas colocavam em risco os limites do Império Romano, já enfraquecido pela crise do século III e pela destruição de quase 2/3 do poderio militar romano após o “Desastre de Adrianópolis” em 378. Teodósio I herdou um Império cuja organização administrativa e militar estava em frangalhos e passou a promover a assimilação de líderes bárbaros nas estruturas institucionais na tentativa de contornar a crise. Essa integração também ocorreu a nível social e cultural e atingiu seu ápice com o casamento de Estilício, oficial militar de origem vândala, e Serena, nobre romana sobrinha de Teodósio I, fato que seria determinante para a trajetória de Placídia, principal herdeira dessa tradição integradora.

ÉLIA PULQUÉRIA

Como anteriormente apontado, a política teodosiana era bastante apegada ao conceito de favor divino. Teodósio I estreitou os laços com a Igreja favorecendo a ortodoxia nicena na elaboração da ideologia dinástica. Mas nem Teodósio nem seus sucessores masculinos se compararam à Pulquéria em seu apelo espiritual público. Durante o processo de cristianização das instituições imperiais, o tradicional culto cívico ao imperador, por suas origens politeístas, conflitava com o cristianismo dos séculos IV-V, cuja ortodoxia ainda era debatida. Um dos principais pontos de atrito era justamente a veneração a figuras humanas, como imperadores divinizados, santos e outras figuras místicas, cuja consagração vinha mais das tradições populares do que das determinações eclesiásticas. A “santidade pública” de

Pulquéria correspondia a esse movimento de religiosidade popular e representou um aprofundamento essencial do conceito de monarquia sacra.

Élia Pulquéria (399-453) foi uma imperatriz romana do século V, filha do imperador Arcádio e da imperatriz Eudóxia, neta de Teodósio I e Élia Flácila, a mais velha de quatro irmãs do imperador Teodósio II (408-450). Pulquéria passou toda a sua vida em Constantinopla como a principal autoridade feminina da corte de 414 a 453, com atuação decisiva nas questões ideológicas e eclesiais do período. Ela também é lembrada por seu papel como patrona de Constantinopla, fundadora de igrejas e defensora do culto mariano ou o culto ao *Theotokos* (“mãe de Deus”),¹ posicionamento que a colocou em rota de colisão com a maior autoridade religiosa da cidade na época, o patriarca Nestório, que considerava o culto mariano não ortodoxo e herético.

O embate entre bispo e imperatriz era carregado de rivalidade pessoal, mas também estava inserido no contexto maior das discussões teológicas a respeito da natureza de Cristo, da validade do culto aos santos e da veneração de Maria. As controvérsias que marcaram o período resultaram na convocação de nada menos que três concílios ecumênicos: Éfeso em 431 e 449 e Calcedônia em 451. Pulquéria seria celebrada nestes debates por sua atuação em defesa da ortodoxia. Alcançou reconhecimento máximo com sua aclamação como a “Nova Helena”, alusão ao papel das mulheres imperiais como promotoras do cristianismo.

A principal fonte contemporânea para a vida de Pulquéria é a *Historia ecclesiastica* de Sozomeno, onde ele dedica um capítulo inteiro ao elogio das virtudes da princesa, baseadas em três pilares: a sua virgindade, o zelo pela fé e pela educação religiosa do irmão, o imperador Teodósio II, e a sua competente administração dos assuntos do Estado durante a sua regência. Pulquéria surgiu como força política na corte em 412 já contando com certa reputação de fé e pietismo. Sozomeno afirma que Deus havia determinado que Pulquéria seria a guardiã da fé e do governo do irmão Teodósio II:

O Poder Divino, que é o guardião do universo, previu que o imperador seria distinguido por sua piedade, e, portanto, determinou que Pulquéria, sua irmã, deveria ser sua protetora e de seu governo. Essa princesa ainda não tinha quinze anos de idade, mas tinha recebido uma mente sábia e divina acima de seus anos. Ela dedicou sua virgindade a Deus e instruiu suas irmãs no mesmo curso de vida. (Sozom., *Hist. eccl.* 9.1)

Sozomeno constantemente reafirma que a piedade de Pulquéria e das irmãs era um sinal do favor divino para a Dinastia. Ainda segundo Sozomeno, a jovem imperatriz “governou o Império romano de forma excelente e com grande ordem” (Sozom., *Hist. eccl.*

¹ *Theotokos* é um dos títulos da Virgem Maria utilizado na Igreja Ortodoxa. Designa também o culto dedicado à “Mãe de Deus”, que começou como um movimento popular de veneração à Maria.

9.1), mas era à vida religiosa da corte e do irmão que ela mais se dedicava: “Mas ela se esforçou principalmente para levá-lo [Teodósio II] em piedade e orar continuamente, ensinou-o a frequentar a igreja regularmente e a honrar as casas de oração com presentes e tesouros [...]”. (Sozom., *Hist. eccl.* 9.1)

Em 415 Pulquéria fez um voto de virgindade perpétua, anunciado publicamente através de uma doação para a Igreja de Constantinopla:

Em confirmação de sua resolução, ela tomou Deus, os sacerdotes e todos os súditos do Império como testemunhas de sua auto-dedicação. Em símbolo de sua virgindade e da chefia de seu irmão, ela consagrou na igreja de Constantinopla, uma mesa sagrada e um tecido notável e muito bonito de se ver, feito de ouro e pedras preciosas; ela inscreveu seus votos na frente da mesa, de modo que poderia ser patente para todos. (Sozom., *Hist. eccl.* 9.1)

A sua decisão pode ter sido inspirada por um desejo genuíno de externar seu fervor religioso, mas também pode ter sido um movimento político calculado. Essa era a melhor maneira de proteger a dinastia da entrada de elementos políticos externos que poderiam impor casamento a ela e às irmãs. Sozomeno também implica a necessidade de não perturbar a paz no núcleo familiar: “Para evitar todas as causas de ciúmes e intrigas, ela não permitiu que nenhum homem entrasse em seu palácio.” (Sozom., *Hist. eccl.* 9.1) Se tornando uma virgem consagrada, ela garantia que o poder de sua linhagem não fosse “sequestrado” pela *potestas* de um marido. Estratégia essencial numa época em que o poder das linhagens tradicionais romanas se encontrava enfraquecido pela ascensão de líderes militares e oficiais de origem germânica no centro da política imperial. Havia também a questão da importância cultural da virgindade feminina, que remonta ao exemplo divino de Maria. Élia Pulquéria adotou a virgindade e um estilo de vida ascético exemplar, a *imitatio mariae* (“imitação de Maria”) que, desde o século IV, era a forma mais importante de ascetismo feminino em Constantinopla.

Pulquéria não foi uma pioneira nesse sentido, mas ela inovou os usos que fez desse estilo de vida para a política imperial, sobretudo no tocante às questões ideológicas que conectavam Igreja e Estado. A *imitatio mariae* e o *Theotokos* foram instrumentalizados politicamente por Pulquéria para adicionar a presunção de “santidade” à sua *basileia*. Através de seu status “santificado”, obteve prestígio público e poder para influenciar as decisões da Igreja quanto à vida religiosa de Constantinopla, sobretudo com relação ao culto mariano e outras tradições populares caracterizadas pela atuação feminina, como o culto aos santos e relíquias e a construção de igrejas. Apesar do precedente evidente de Helena, que inaugurou uma tradição imperial feminina com sua fé, suas peregrinações e o culto aos santos, Pulquéria

tinha a seu favor um elemento de que sua antecessora não dispunha, a virgindade, característica que a aproximou de forma proverbial da imagem de Maria. Ela modificou o arquétipo imperial feminino adicionando “santidade” à sua figura pública ainda em vida.

O favor divino era um elemento importante na legitimação do poder imperial desde Constantino e a fé cristã exemplar era tanto um pré-requisito quanto um sinal de legitimidade. O próprio Sozomeno afirma que “Fica claro pelos eventos desse período que a piedade é suficiente para salvar os príncipes, e que sem piedade e fé não há exércitos nem impérios poderosos nem outros recursos à disposição.” (Sozom., *Hist. eccl.* 9.1). Segundo Sozomeno, a conduta de Pulquéria lhe garantiu o favor divino em muitas ocasiões:

Diz-se que Deus frequentemente em muitos outros casos revelou à princesa o que estava prestes a acontecer, e que o mesmo ocorreu a ela e suas irmãs como testemunhas do amor divino. Todas elas buscaram o mesmo modo de vida; sendo cuidadosas com os sacerdotes e as casas de oração, beneficentes para estranhos carentes e pobres. Essas irmãs geralmente fazem suas refeições e caminham juntas, e passam seus dias e suas noites em companhia, cantando os louvores de Deus. (Sozom., *Hist. eccl.* 9.1)

Em “A descoberta das relíquias dos 40 mártires” (Sozom., *Hist. eccl.* 9.2), ele confirma uma tradição que credita à Pulquéria a descoberta do esquecido túmulo dos “40 mártires de Sebaste”, cristãos vítimas da perseguição de Licínio em 320, descoberta que teria sido guiada por visões divinas. Apesar do misticismo do relato, é bem documentada a atuação de mulheres cristãs, ricas e influentes no culto de relíquias sagradas em Constantinopla, construindo igrejas para mantê-las. Novamente podemos recorrer a Sozomeno para relatar as ações de “pietismo público” de Pulquéria:

Com o medo que ela adorava a Deus, levaria muito tempo para qualquer um dizer e quantas casas de oração ela construiu de maneira magnífica e quantos albergues e comunidades monásticas ela estabeleceu, com seu apoio perpétuo para o arranjo das despesas e a provisão para os detentos. (Sozom., *Hist. eccl.* 9.2).

A tradição ascética e filantrópica das mulheres imperiais cristãs tem em Helena sua figura modelo. Como pioneira na adoção do cristianismo, ela estabeleceu um código de conduta para mulheres imperiais da qual Pulquéria era herdeira. Segundo Liz James em *Making a Name: Reputation and Imperial Founding and Refounding in Constantinople* (2012), a fundação de igrejas se tornou um elemento essencial da persona pública das imperatrizes cristãs. Era um meio de alcançar uma reputação de virtude e piedade, além de demonstrar seu status social e alcançar objetivos políticos. Enquanto Helena é considerada pioneira na descoberta de relíquias e locais basilares do cristianismo, Pulquéria agiu como promotora da ortodoxia nicena e do culto do qual era seguidora fervorosa, o marianismo.

Os eventos da regência de Pulquéria até a maioridade de Teodósio II em 416 e seu casamento com Élia Eudócia em 421 são narrados por cronistas do século VI como João Malalas, Conde Marcelino e a anônima *Chronica Paschale*. A derrota de Nestório em 431 não pôs um fim às controvérsias envolvendo o *Theotokos*, nem aos debates teológicos sobre a natureza de Cristo. Segundo essas fontes, ao fim de seu governo, Teodósio II se deixou influenciar por um cortesão, o eunuco Crisáfio, defensor do monofisismo (doutrina herética elaborada pelo monge Eutiques), dando novo fôlego à controvérsia cristológica. Acerca de Pulquéria, as fontes cobrem as disputas de poder na corte entre ela, sua cunhada Élia Eudócia e Crisáfio, que isolou da corte qualquer um que rivalizasse em sua influência sobre o imperador. Pulquéria passou a viver em Hebdomo (atual distrito de Bakırköy, Istambul) e Eudócia se exilou em Jerusalém após uma campanha difamatória por parte do cortesão arrastar seu nome para a lama. Foi durante essa época que Pulquéria iniciou correspondência com Leão I, bispo de Roma, que admirava sua conduta cristã exemplar.

Dentre as muitas cartas trocadas, as de número 31 e 79, datadas de 449, testemunham a gratidão do bispo pelos serviços que a imperatriz já havia prestado à Igreja, além de celebrarem sua resistência e interferência em favor da ortodoxia durante a controvérsia eutiquiana. Os temas centrais da correspondência entre imperatriz e bispo são a conservação da unidade da fé e o elogio das virtudes cristãs da imperatriz. (SCHAFF, 1890). Sozomeno também testemunha sua defesa da ortodoxia: “Ela cuidou zelosamente e sabiamente para que a religião não fosse ameaçada pela inovação de dogmas espúrios. Se novas heresias não prevalecem em nosso tempo, vamos descobrir, devemos especialmente a ela.” (Sozom., *Hist. eccl.* 9.1). Reconhecimento de sua defesa da unidade política e espiritual.

Quando Teodósio II morreu em 450 em decorrência de uma queda de cavalo, o oficial da corte Flávio Marciano foi eleito seu sucessor, casando-se em seguida com Pulquéria. Se o matrimônio foi determinado pelo imperador moribundo ou partiu de iniciativa própria, é provável que Pulquéria tenha visto as vantagens da união para que retomasse um papel de destaque na corte. O governo conjunto durou de 450 a 453 e foi marcado pelo envolvimento da Augusta em assuntos religiosos, como a convocação do Concílio de Calcedônia em 451, onde debateu-se uma vez mais as controvérsias cristológica e mariológica. Pulquéria veria em 452 a confirmação da ortodoxia do *Theotokos*, seu último grande ato político antes de morrer em 453.

Diante do exposto, proponho que a inovação de Pulquéria se deu por meio da apropriação dos conceitos já existentes de favor divino e autoridade sacra, mas com foco no elemento imperial feminino. Assim como Helena, ela promoveu o cristianismo como espaço

de atuação social feminina, mas foi além no quesito político quando influenciou não apenas a religiosidade popular mas teve participação ativa nas decisões eclesiásticas oficiais. Através da virgindade ela repaginou o rol de atribuições femininas para além da maternidade, inovando também as concepções de legitimidade sacra, apelando à figura de Maria.

Suas ações políticas individuais estão assentadas em três eixos: casa, cidade e igreja. No cenário doméstico, ela buscou se blindar da autoridade masculina. Primeiro através da regência do irmão, quando exerceu sobre o imperador sua maior influência, depois através da rejeição ao casamento com a adoção da virgindade consagrada, afastando a autoridade marital e, de quebra, se poupando da condenação moral e sexual direcionada às mulheres politicamente ativas. Pulquéria foi celebrada como grande benfeitora de Constantinopla, não apenas pela construção de importantes Igrejas e locais de culto, mas também por suas obras de caridade e pelo grande apelo popular de sua figura sacrossanta, um atestado do favor e proteção divina. Por fim, Pulquéria também se destacou no cenário eclesiástico quando desafiou a autoridade religiosa, se promovendo como advogada de um dos cultos mais populares de Constantinopla, alcançando também uma legitimidade política que não podia mais ser questionada pela autoridade masculina, fosse ela religiosa ou secular.

GALA PLACÍDIA

“Quando Teodósio foi feito imperador pela primeira vez, ele admitiu em sua amizade e aliança alguns bárbaros, [...] os admitindo até mesmo em sua própria mesa. Entre eles estava Estilício, que se casou com Serena, sobrinha de Teodósio”. (Zos. 4.58) A “política gótica” de Teodósio I, isto é, as estratégias diplomáticas estabelecidas entre o poder romano e os líderes godos, é decisiva para a trajetória de Placídia. Nascida em Constantinopla entre 388 e 390, Élia Gala Placídia foi fruto do segundo casamento do imperador Teodósio I, que após ficar viúvo de Élia Flacila se casou com Flávia Gala. Tendo se tornado órfã muito cedo, Placídia ficou sob a tutela de Estilício e Serena. Pouco se sabe de sua criação, mas vivendo entre Constantinopla e a casa de seus tutores em Milão é certo que fora educada como outras nobres romanas, com foco na fé cristã e nos deveres domésticos e matrimoniais.

Desde o começo, Estilício buscou legitimar sua posição através do casamento de seus herdeiros com a linhagem imperial. Suas duas filhas, Maria e Termância, foram esposas do imperador Honório e é provável que planejasse unir Placídia ao seu filho Euquério. Os planos foram interrompidos em 408 quando o general foi executado numa conspiração política.

As fontes selecionadas para a vida de Placídia são Olimpiodoro e Orósio, ambas do século V. Nelas, as menções à Placídia são mais abundantes, sobretudo acerca de seu envolvimento num dos mais simbólicos eventos do Império Tardio: o saque de Roma em 410.

[...] em consequência do assassinato de Estilício e porque as promessas feitas a ele não tinham sido cumpridas, Alarico, chefe dos godos, sitia e saqueia Roma. Ele carrega uma enorme quantidade de saques, junto com Placidia, a irmã de Honório, que estava na cidade na época. Antes de sua captura, ele declara imperador um cidadão distinto chamado Átalo, o prefeito da cidade. (*Olymp. Hist.* 80.3)

A narrativa de Olimpiodoro em *Histórias* indica que, na visão do cronista, o que motivou a invasão da Itália e o saque de Roma foram a incapacidade política do imperador Honório e a destruição das políticas apaziguadoras de Teodósio I. Ele alega que “Alarico recebia da corte ocidental cerca de 4000 libras de ouro” (*Olymp. Hist.* 80.4) e que, depois da morte de Estilício, esse pagamento cessou. O saque durou de 24 a 27 de agosto e foi um dos mais dramáticos episódios da história imperial. Segundo Olimpiodoro, “Durante o cerco de Roma, os habitantes foram reduzidos ao canibalismo.” (*Olymp. Hist.* 80.4)

Ainda no ano de 410 Alarico morreu e seu cunhado Ataulfo o sucedeu como chefe dos godos. Na condição de refém real, Placídia se tornou moeda de troca nas negociações entre Ataulfo e Honório, intermediadas pelo nobre romano Constâncio, o novo *magister militum*² do ocidente. Mas antes que as partes chegassem a um acordo de resgate, Ataulfo mudou seus planos e conseqüentemente a dinâmica das relações diplomáticas romano-góticas a partir de então: “Determinado a se casar com Placidia, apesar do pedido de restituição de Constâncio, Ataulfo aumenta suas exigências para que, se não forem concedidas, ele possa parecer ter uma boa desculpa para detê-la.” (*Olymp. Hist.* 80.20) E prossegue:

Sob o conselho e assistência de Candidiano o casamento de Ataulfo com Placidia foi celebrado no início de janeiro na cidade de Narbo (Narbonne, França), na casa de Ingenio, um dos cidadãos mais ilustres. Placidia sentou-se no apartamento interno vestida em vestes reais romanas, com Ataulfo ao seu lado, vestindo uma túnica de lã e um traje romano. [...] A cerimônia terminou com grandes demonstrações de alegria e jogos, nos quais romanos e bárbaros participaram. (*Olymp. Hist.* 80. 22)

O casamento de Placídia e Ataulfo é confirmado por várias fontes como Idácio, Sozomeno e Zósimo, que compartilham uma visão bastante otimista, até romântica, da união. Não é improvável, mas o mais óbvio é que se tratava de uma estratégia política deliberada de Ataulfo que buscava fortalecer sua posição de negociação. Tornar-se parte da realeza romana

² “Mestre dos soldados”, um dos mais altos cargos militares do Império Ocidental desde o reinado de Constantino, o Grande.

fortaleceria sua reivindicação pelo reconhecimento do status de *foederati*³. Com o precedente do casamento de Serena e Estilício, uma união entre um membro da casa imperial e a realeza bárbara não era algo impensável.

Ataulfo, depois que Placídia lhe deu um filho chamado Teodósio, cortejou a amizade dos romanos ainda mais, mas a oposição de Constâncio e seus partidários fez os esforços dele e de Placídia em vão. O filho logo morreu e seus pais, profundamente tristes, o enterraram em um cofre de prata em uma igreja perto de Barcino (Barcelona). Logo depois, o próprio Ataulfo foi assassinado [...]. (*Olymp. Hist.* 80. 23)

Os sucessores de Ataulfo não compartilhavam de suas aspirações, pois buscavam sobretudo o pagamento de resgates pelos romanos. Placídia, que brevemente foi rainha dos godos e mãe de uma futura dinastia híbrida, se viu vítima das intrigas políticas de seus captores. Sem valor a não ser como moeda de troca, seria humilhada pelo rei Sigerico que “para insultá-la, obrigou Placídia a andar em procissão na frente de seu cavalo com outros cativos até o décimo segundo marco da cidade [...]. (*Olymp. Hist.* 80.23) Sigerico foi morto e sucedido por Valia que devolveu Placídia ao irmão Honório em troca de um resgate.

Durante o décimo primeiro consulado de Honório e o segundo de Constâncio, o casamento de Placídia foi arranjado. Ela mesma era muito contra isso, o que desagradou Constâncio. No entanto, seu irmão, o imperador Honório, a pegou pela mão e embora ela tenha protestado, a entregou a Constâncio e o casamento foi celebrado com grande magnificência. Eles tiveram dois filhos, uma filha Honória e um filho Valentiniano, que a pedido urgente de Placídia recebeu o título de nobilissimus. Após a morte deste último e a supressão do usurpador João, tornou-se imperador. (*Olymp. Hist.* 80.30)

Segundo Olimpiodoro, Placídia se opôs ao casamento com o nobre Constâncio, que seria nomeado co-regente de Honório em 420-421. O imperador dependeu durante todo o seu reinado das habilidades diplomáticas e militares de seus generais, primeiro Estilício, agora Constâncio. O casamento era essencial para assegurar seu apoio e é provável que nem Placídia nem Honório tenham tido alternativa. O nascimento de Valentiniano III, aparente herdeiro do trono, dado que Honório não tinha descendência, fortalecia não somente as pretensões de Constâncio, mas aumentava a importância política de Placídia. A mãe do futuro imperador foi nomeada Augusta por volta de 418 e desempenharia entre 423 e 437 o papel de regente. Por quase 15 anos foi a mulher mais influente do ocidente.

³Os *foederati* eram líderes ou grupos inteiros de “bárbaros” germânicos que conseguiam acordos de assentamento nos territórios do Império Romano em troca de serviço militar. A tradição de subsidiar grupos bárbaros, como francos, alanos, godos e vândalos, foi constante nos séculos IV-V com a política de assimilação promovida por Teodósio I.

Em *Contra os Pagãos*, o cronista Orósio apresenta uma narrativa mais concisa sobre a invasão e o saque de Roma em 410, mas tem maior foco em Placídia:

Quando Alarico invadiu a cidade, Placídia, filha do príncipe Teodósio e irmã dos imperadores Arcádio e Honório, foi capturada e tomada como esposa pelo parente de Alarico, como se ela tivesse sido uma refém dada por Roma como um penhor especial, de acordo com decreto divino; assim, por meio de sua aliança com o poderoso rei bárbaro, Placídia fez muito para beneficiar o estado. (*Oros.* 7.40)

Orósio considera o casamento de Placídia e Ataulfo uma obra divina: “Os povos góticos na época estavam sob o governo do rei Ataulfo, que, após a captura de Roma e a morte de Alarico, o sucedeu no trono e se casou com Placídia, irmã cativa do imperador.” (*Oros.* 7.43). E celebra a influência de Placídia sobre Ataulfo, “governante pacífico, fervoroso buscador da paz”, que buscou unir as duas culturas, adotando a lei e a ordem romana para o povo godo. “Ele foi ajudado especialmente por sua esposa, Placídia, mulher da mais aguda inteligência e de excepcional piedade; por sua persuasão e conselho, ele foi guiado em todas as medidas que levassem ao bom governo.” (*Oros.* 7.43). Olimpiodoro também dá indícios desse esforço, como a presença de nobreza local durante o casamento e o cuidado em mesclar características romanas e godas na cerimônia.

Existe em Orósio uma quebra surpreendente com as fórmulas das fontes antigas que costumam classificar a influência das mulheres na política como causadora de crises e tragédias. Como cristão fervoroso, o autor considera a imperatriz um instrumento divino através do qual “as mais selvagens tribos foram controladas, confinadas, incorporadas ou aniquiladas.” (*Oros.* 7.43) Mas os esforços de Placídia foram precocemente interrompidos pela morte de Ataulfo e do bebê do casal: “Enquanto ele estava assim ansiosamente ocupado em buscar e oferecer paz, ele foi morto na cidade de Barcino (atual Barcelona), na Espanha, pela traição, dizem, de seus próprios homens.” (*Oros.* 7.43)

Com base nos relatos de Olimpiodoro e Orósio, proponho que é possível identificar um projeto de integração entre romanos e godos liderado por Placídia e Ataulfo que se desenrolou à revelia da corte de Honório. Apesar de o projeto de integração bárbara ter sido inaugurado por Teodósio I, Placídia promoveu um avanço da integração goda à nível imperial e o nascimento de um filho, nomeado Teodósio, poderia tê-la elevado à condição de fundadora de um novo ramo dinástico. Placídia poderia governar territórios do ocidente à revelia da política de Ravena, onde até então só havia desempenhado um papel imperial secundário. Placídia poderia ser vista apenas como uma vítima das circunstâncias, mas essa narrativa contrasta com as fontes aqui analisadas, onde Placídia participa ativamente dos planos políticos do marido, apesar deles terem sido precocemente interrompidos.

CONCLUSÃO

Embora seja uma tarefa desafiadora extrair das fontes antigas evidências de autonomia e protagonismo político feminino, com base nas fontes aqui analisadas, busquei responder a seguinte questão: Essas mulheres foram de alguma forma responsáveis por inovações e transformações políticas no Império do século V? Nesse sentido, iniciei minha discussão com a revisão da literatura sobre o tema e tentei apontar as inovações na pesquisa sobre mulheres na Antiguidade Tardia, cujos esforços mais recentes buscam desnaturalizar a associação da ideia de poder com o elemento masculino e caracterizar o protagonismo político feminino. Depois disso, escolhi dois objetos específicos e relacionados, Pulquéria e Placídia, duas das mais célebres mulheres da Dinastia Teodosiana, e busquei nas fontes possíveis indícios de suas ações políticas individuais e inovações na política imperial tardo-antiga.

Para tanto, dividi meu argumento em duas partes: 1) uma descrição das transformações pelas quais o Império da Dinastia Teodosiana passou, sobretudo em questões religiosas e diplomáticas, que favoreceram a iniciativa política feminina; 2) a partir disso, propus uma abordagem diferente das trajetórias dessas duas mulheres Teodosianas, que as apresenta como agentes autônomas e inovadoras mais do que como instrumentos para a conservação de políticas masculinas. Com isso, conclui que Pulquéria inovou a política de sua dinastia no tocante às questões espirituais, no uso político que fez do ascetismo feminino e dos símbolos da fé popular como forma de aumentar seu poder imperial. Placídia, por sua vez, mesmo sendo interrompidos seus planos políticos com Ataulfo, representou cultural e politicamente a mais significativa transformação do Império Tardio do ocidente: a hibridização romano-barbara. Com isso, espero ter mostrado a possibilidade de explorar as fontes tradicionais com novas questões quanto ao protagonismo feminino na história, contribuindo assim para o debate sobre a relação entre poder e gênero na Antiguidade Tardia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

FREESE, John Henry. *The Library of Photius*. Olympiodorus of Thebes, *Histories*. In: Photius, *Bibliotheca or Myriobiblon*. London: The Macmillan company, 1920. Livro 80. Acesso em: 01/03/2022. Disponível em: tertullian.org.

RAYMOND, Irving W. *Seven Books of History Against the Pagans: The Apology of Paulus Orosius*. Records of civilization. New York: Columbia Univ. Press, 1936. Livro 7. Acesso em: 01/03/2022. Disponível em: <http://attalus.org>.

RIDLEY, R. T. *Zosimus: New History. A Translation with Commentary*. Australian Assoc. for Byzantine Studies. Boston: Brill, 1982. Acesso em: Disponível em: 01/03/2022. www.livius.org.

SCHAFF, Philip *et al.* (eds) *A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers. Vol. 12. The Letters and Sermons of Leo, the Great Bishop of Rome*. Buffalo, New York: Christian Literature Publishing Co., 1890. Letters 31 and 79. Acesso em: 01/03/2022. Disponível em: orthodoxchurchfathers.com

WALFORD, Edward. *The Ecclesiastical History of Sozomen. Comprising a History of the Church, from A.D 324 to A.D 440*. London: Oxford Press, 1855. Livro 9. Acesso em: 01/03/2022. Disponível em: archive.org.

BIBLIOGRAFIA CRÍTICA

ACERBI, Silvia. "Basileia" femenina y primado petrino: relaciones entre emperatrices teodosianas y obispos de Roma en la Antigüedad tardía. In: *Mujer y poder en la Antigua Roma*. Signifer Libros, 2018. p. 209-222.

ANGELOVA, Diliانا. The ivories of Ariadne and ideas about female imperial authority in Rome and Early Byzantium. *Gesta*, Massachusetts: Harvard University Press, vol. 43, p. 1-15, 2004.

ATKINSON, Kenneth. *Empress Galla Placidia, and the Fall of the Roman Empire*. North Carolina: McFarland, 2020.

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de. História das mulheres, feminismo e gênero nos estudos clássicos. História das mulheres e estudos de Gênero sobre a Antiguidade: Historiografia e pesquisas. In: N.L. Guarinello *et al.* (ed.). *Fronteiras mediterrânicas: Estudos em comemoração dos 10 anos do LEIR-MA/USP*. Porto Alegre: Fi, p. 274-279, 2019.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: Uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BRUBAKER, Leslie. Memories of Helena: Patterns in imperial female matronage in the fourth and fifth centuries. In: JAMES, Elizabeth. *Women, Men and Eunuchs*. London: Routledge, p. 54-75, 1997.

COOPER, Kate; COOPER, Catherine Fales. *The Virgin and the Bride: Idealized Womanhood in Late Antiquity*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

COOPER, Kate. *The Body and Society: Men, Women, and Sexual Renunciation in Early Christianity*. New York: Columbia University Press, 2008.

CORTÉS TOVAR, Rosario *et al.* Espacios de poder de las mujeres en Roma. In: IBÁÑEZ, Jesus M. Nieto (org.) *Estudios sobre la mujer en la cultura griega*. Universidad de León: Secretariado de Publicaciones, p.193-215, 2005.

FREISENBRUCH, Annelise. *As primeiras-damas de Roma: As mulheres por trás dos Césares*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HERRIN, Judith. *Unrivaled Influence: Women and Empire in Byzantium*. New Jersey: Princeton University Press, 2013.

_____. Late Antique origins of the 'imperial feminine': Western and Eastern empresses compared. London: Center for Hellenic Studies, King's College London. *Byzantinoslavica - Revue internationale des études byzantines*, p. 5-25, 2016.

HOLUM, Kenneth G. *Theodosian Empresses: Women and Imperial Dominion in Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 1982.

IBÁÑEZ, Elisabet Seijo. La figura de Gala Placidia a través de las fuentes de la Antigüedad Tardía. In: *Antigüedad in progress: Actas del I Congreso Internacional de Jóvenes Investigadores del Mundo Antiguo (CIJIMA I)*. Murcia: Centro de Estudios del Próximo Oriente y la Antigüedad Tardía (CEPOAT), Universidad de Murcia, p. 495-514, 2017.

JAMES, Liz. *Empresses and Power in Early Byzantium*. London: Burns & Oates, 2001.

_____. Making a name: Reputation and imperial founding and refounding in Constantinople. *Wiener Jahrbuch für Kunstgeschichte*, v. 60, n. 1, p. 63-72, 2012.

JAMES, Liz; HILL, Barbara. *Women and Politics in the Byzantine Empire: Imperial Women. Women in Medieval Western European Culture*. New York: Garland, p. 157-78, 1998.

LEE, Jessica R. *Gendered Souls: Female Religious and Imperial Power in Early Byzantium*. Bachelor degree thesis in History, Department of History and Religious Studies. Claremont: Claremont University, 2014.

LLOYD, Sophia Sinopoulos. The Virgin Augusta: Empress Pulcheria's identification with the *Theotokos*. Paper for the Byzantine Studies Association of North America (BSANA) conference. Claremont: Claremont Graduate University, 2012.

NILSSON, Carina Marie. Perspectives of Power: Byzantine Imperial Women. Burnaby: Simon Fraser University Library, *The Graduate History Review*, v. 1, p. 5-13, 2009.

_____. *The Empress in Late Antiquity and the Roman Origins of the Imperial Feminine*. Master's thesis in Arts, Department of History. Burnaby: Simon Fraser University Library, 2011.

PANAL, Maria Jesus Acedo. *La mujer y el poder en Roma*. Trabajo de fin de Grado en Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Biblioteca, Archivo y Publicaciones. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2015.

SALISBURY, Joyce E. *Rome's Christian Empress: Galla Placidia Rules at the Twilight of the Empire*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2017.

SCOTT, Joan. Gender: A useful category of historical analysis. In: J. Scott, *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, p. 11-28, 1994.

SILVA, Semíramis Corsi. Mulheres no Império Romano da Antiguidade Tardia: Considerações em torno da filósofa Hipátia de Alexandria. In: BUSTAMANTE, Leonor Acosta *et al.* (eds) *Género y Ciencias sociales. Arqueología y cartografías de fronteras*. Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, p. 257-289, 2015.

SILVA, Érica Cristhyane Morais da. Exílio, mobilidade e poder na Antiguidade Tardia: O caso de Gala Placídia Augusta (423 d.C.). In: *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n. 19, p. 42-58, 2020.

VASILIKI, Limberis. *Divine Heiress: The Virgin Mary and the Creation of Christian Constantinople*. London: Routledge, 1994.

WALLACE-HADRILL, Andrew. The Roman imperial court: Seen and unseen in the performance of power. In: DUINDAM, Jeroen *et al.* (eds) *Royal Courts in Dynastic States and Empires: A Global Perspective*. Boston: Brill, p. 91-102, 2011.

WASHINGTON, Belinda Charlotte. *The Roles of Imperial Women in the Later Roman Empire (AD 306-455)*. PhD thesis in Philosophy. Edinburgh: University of Edinburgh, 2015.